

Pacote taxa mais os bancos e não muda IR

O Governo deverá aumentar a alíquota de Contribuição social sobre o lucro do setor financeiro, atualmente de 23 por cento, a mais alta aplicada aos diferentes setores econômicos, que passaria, no mínimo para 25 por cento e no máximo para 30 por cento, conforme duas alternativas em estudo. O anúncio foi feito ontem pelo líder do governo na Câmara, Roberto Freire (PPS-PE), após almoço com o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

Outra proposta em estudos é o aumento dos recolhimentos das empresas agrícolas para a Previdência Social. Freire confirmou que o Governo desistiu de criar uma terceira alíquota do Imposto de Renda para as pessoas físicas e de propor ao Congresso um imposto sobre os ativos das empresas.

Ele informou que a nova proposta do Orçamento da União para 1994 será encaminhada ao Congresso Nacional no próximo dia 25 ou 26, provavelmente junto com novas medidas de combate à sonegação de impostos. Também participaram do encontro o ministro da Previdência Social, Antonio Britto, e o líder do Governo no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS).

Acordo — De acordo com o presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), Cardoso prometeu enviar todas as propostas de medidas fiscais na forma de projetos de lei, após ser advertido de que será impossível aprovar qualquer alteração constitucional no âmbito do processo de revisão,



Freire: cortes serão drásticos

que só deverça começar em 1994. Para facilitar a tarefa do ministro, ele prometeu negociar um acordo para permitir votações de emergência, que impeçam, durante o processo de tramitação, que os projetos demorem mais de dois dias em cada comissão, por exemplo. Inocêncio está tão convencido da rapidez desse sistema que já marcou passagem para sua terra natal, Serra Talhada, no interior de Pernambuco — onde passará o Natal com a família — para o dia 23 de dezembro.

Segundo Freire, só foram discutidas as medidas de ajuste fiscal para o próximo ano. Ele informou que a nova proposta de Orçamento da União conterà drásticos cortes de despesas que atingirão, entre outros itens, as transferências voluntárias de recursos para estados e municípios. Antes de ser

enviada ao Congresso o pacote deverá ser discutido pela equipe econômica e líderes dos partidos que apoiam o Governo.

O líder do Governo disse que as medidas de aprofundamento do programa de combate à sonegação poderão ser divulgadas juntamente com o novo orçamento. Mas existe a possibilidade delas virem a público antes do dia 25, sob a forma de medida provisória, ou projeto de lei, revelou Freire.

Riqueza — Destacou também que entre as medidas de combate à sonegação está a criação de legislação que permitirá a Secretaria da Receita Federal autuar sonegadores por sinais exteriores de riqueza. O Governo estuda ainda a determinação da obrigatoriedade da requisição da nota fiscal pelas pessoas físicas, com a criação de multa de 10 por cento sobre o valor da nota para os infratores.

Outra medida que deverá ser baixada é a criação de legislação que permitirá a Receita Federal autuar uma empresa a partir da observação, por determinado período, de sua movimentação de caixa. Freire informou que o Governo estuda ainda a possibilidade de negociar com as lideranças partidárias na Câmara a aprovação do regime de tramitação em urgência urgentíssima do projeto de lei que regulamenta o Imposto sobre Grandes Fortunas.

Desta forma, o novo tributo poderia ser aprovado antes de 31 de dezembro deste ano, para poder vigorar a partir de janeiro de 1994 (princípio da anualidade).